

RESENHA

PLANTAS E PECADORES: PERCEPÇÕES DA NATUREZA EM ÁFRICA

SIMONE ATHAYDE¹

Resenha de Plantas e Pecadores: Percepções da Natureza em África, de Amélia Frazão-Moreira. Lisboa: Livros Horizonte, 2009 – Coleção Primitivos e Modernos. ISBN: 978-972-24-1591-0

Este livro, que consiste na publicação da tese de doutorado da pesquisadora portuguesa Amélia Frazão-Moreira, representa uma contribuição inédita e importante para a etnografia e etnobotânica do povo nalu, que habita a região de Castanhez, sul da Guiné-Bissau, África. O livro vai além da etnografia, apresentando uma combinação inovadora de abordagens teóricas e metodológicas qualitativas e quantitativas para a compreensão da apropriação simbólica e material do universo vegetal por um grupo étnico africano. Conforme salientado por Miguel Alexiades no prefácio do livro, a obra é um registro histórico da “*entrada da Antropologia Ambiental e Etnobotânica portuguesas na fase de maturidade*”.

O livro apresenta referenciais teóricos e reflexões de e para um conjunto de áreas disciplinares e interdisciplinares, dentre as quais se salientam a antropologia cultural, a ecologia humana, a antropologia ambiental, a etnociência e a etnobotânica. Alguns campos subsidiários são a antropologia médica, a antropologia cognitiva, a botânica e o desenvolvimento e conservação ambiental na Guiné-Bissau. A obra destina-se ao público acadêmico e a técnicos em conservação e desenvolvimento, podendo ser utilizada como leitura complementar e como estudo de caso em cursos de pós-graduação em antropologia cultural e em cursos interdisciplinares como etnobotânica, etnoecologia, antropologia ambiental, ecologia humana e estudos de sustentabilidade em Universidades de países falantes da língua portuguesa, como Portugal, Brasil e África, por exemplo.

¹ Centro de Estudos Latinoamericanos, Universidade da Flórida. Endereço: 381 Grinter Hall, PO Box 115530, 32611-5530, Gainesville, FL, US. simonea@ufl.edu

De escrita elegante e leitura agradável, o livro é dividido em duas partes. A parte 1 é uma contextualização da história e organização social dos nalu, enquanto a parte 2 apresenta as percepções e apropriações simbólicas e materiais dos nalu do universo vegetal na região de Castanhez. O glossário de palavras e expressões apresentado no final do livro ajuda o leitor a compreender o uso de palavras africanas ao longo do texto, que, por sinal, faz com que o leitor sintam-se conectado àquela realidade.

A autora analisa a problemática da articulação de “mentes sociais” na classificação e aprendizagem do universo, com o objetivo de “*entender como um grupo social constrói e manipula o conhecimento acerca do mundo natural*”. Para tanto, ela adota a conceitualização da cultura como um processo social, seguindo Caria (2000), que apresenta uma abordagem conceitual para o entendimento de *cultura* envolvendo os conceitos de *mente social* (modo de operar em contexto), *cotidiano* (interação permanente entre pessoas num local), *aprendizagem* (modo de gerir e reproduzir a heterogeneidade social de um grupo) e *reflexividade* (uso criativo e adaptativo dos meios e instrumentos culturais para garantir a continuidade do grupo) (CARIA, 2000, p. 198). Assim, a autora delimita suas perguntas de pesquisa para o entendimento das relações entre os nalu e as plantas em torno destes quatro pilares conceituais – focando nos aspectos de interação e organização social, na aprendizagem e transmissão do conhecimento, na reflexividade como apropriação social da natureza para continuidade do grupo num contexto de mudança, e na interação entre conhecimentos ênicos e éticos no presente, que traz elementos da história dos nalu como grupo social.

Durante a realização de seu trabalho de campo, Frazão-Moreira conta que passou por um processo de “negociação de sentido” permanente, reafirmando seu papel de pesquisadora, rompendo o estigma de projetos técnicos e dependência, estabelecendo seu papel social e sua identidade no grupo, e de compromisso entre indivíduos “inscritos em lógicas desencontradas” (cf ITURRA, 1987, citado pela autora). Para a realização do trabalho, a autora utilizou-se de métodos etnográficos, predominantemente de observação participante, da utilização de informantes e tradutores, e de métodos quantitativos para análise da heterogeneidade na classificação e categorização de espécies vegetais, apresentada no capítulo 9. Assim, um dos aspectos inovadores desta obra é a maneira como a autora retrata a heterogeneidade social dos nalu: o conhecimento e as práticas das mulheres, as categorias de idade e as funções sociais de cada grupo etário e/ou de parentesco.

Um dos elementos mais interessantes do livro é a apresentação, por parte da autora, do entrelaçamento entre o conhecimento botânico e práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais dos nalu com elementos contemporâneos, como o islamismo, as escolas e suas práticas de letramento, e os projetos de desenvolvimento. Assim, é possível ao leitor captar o dinamismo de uma sociedade em mudança, onde o tradicional e o novo estão em processo de interação e amalgamento constantes, informados pela organização social e política das comunidades nalu. Nesse contexto, Athayde *et al* (2009) e Athayde (2010) discutem como elementos ocidentais, como o envolvimento com a escola, os projetos e as associações indígenas pelo povo Amazônico

kaiabi, têm influenciado o seu conhecimento artístico e as suas práticas de manejo dos recursos naturais. Os autores concluem que a capacidade de entrelaçar as práticas tradicionais com as novas instituições (projetos, escola, associações, novas religiões e outras) é uma estratégia de reflexividade que os kaiabi empregam em sua reprodução e resiliência social. Da mesma forma, Frazão-Moreira discute o processo de influência do islamismo na cultura nalu, e a coexistência e combinação dos sistemas nalu e elementos islâmicos nas práticas ligadas ao uso, principalmente médico, mágico e religioso, das plantas pelos nalu.

Os nalu são um povo dividido em vários grupos linguísticos que ocupa a região de Tombali na Guiné-Bissau, num total aproximado de 22.000 pessoas. De acordo com Frazão-Moreira, a islamização dos nalu é um processo relativamente recente, inscrevendo-se no processo de islamização da África ocidental. O contato e coexistência com o povo sosso foi instrumental neste processo. A época pré-islâmica é referida por eles como o tempo quando produziam e bebiam vinho (de palmeira e de outras espécies vegetais), e que realizavam cerimônias religiosas pré-islâmicas, que não são mais praticadas hoje em dia. Para eles, tornar-se muçulmano trouxe benefícios sociais e *status* mais elevado frente aos outros povos com os quais convivem. O tempo pré-islâmico é percebido pelos nalu de hoje como uma época em que eles eram “bravos”, em decorrência de sua agressividade e feitiçaria. A islamização trouxe mudanças na construção de casas e organização das aldeias, além, é claro, nas transformações relativas às práticas religiosas e na relação mágica com o universo natural, descrita pela autora no capítulo 1 e retomada no capítulo 7.

A autora descreve as mudanças históricas que ocorreram entre os nalu, com a colonização e o contato com outros povos. Há ênfase para a influência da escola colonial na reprodução das desigualdades sociais e na desvalorização dos saberes locais. Na década de 1950, as escolas eram gerenciadas pelos missionários, e havia pouco empenho da administração portuguesa em promover melhorias na educação dos colonizados, uma vez que havia interesse em mantê-los como indígenas agricultores e produtores para a colônia. Entre as décadas de 1960 e 70, surgiu um movimento de contraescola, com as chamadas “escolas do mato”, lideradas por professores locais que ensinavam a língua portuguesa e francesa. A declaração da independência da República da Guiné Bissau reconhecida por Portugal veio a ocorrer somente em setembro de 1974.

No capítulo 3, a autora apresenta informações sobre o sistema agrícola dos nalu, seu calendário produtivo anual e a divisão social do trabalho na agricultura e na coleta de produtos vegetais. Apesar do sistema de trocas e entreajuda serem componentes essenciais da organização econômica dos grupos nalu, Frazão-Moreira salienta o processo de progressiva monetarização do sistema de trocas, citando o exemplo da venda do condimento conhecido como “gosto”, produzido pelas mulheres. Apesar do processo de monetarização, a autora constatou que há um “equilíbrio permanente entre os interesses econômicos individuais e o dever de reciprocidade entre os parentes.” Haveria, assim, um cálculo ético-econômico que permite a reprodução do grupo social sem conflitos, convivendo e contrastando com a filosofia capitalista da maximização do lucro. As estratégias criativas de reflexividade desenvolvidas por comunidades

como os nalu enfatizam o papel das instituições, definidas como conjunto de normas sociais, na reprodução social e material de grupos rurais. Portanto, a lógica social de muitos grupos desafia e se contrapõe ao conceito de “tragédia dos comuns”, como enfatizaram Ostrom *et al* (1999).

As inter-relações entre as instituições contemporâneas ou “éticas” e as instituições locais ou “êmicas” também são evidenciadas pela autora na discussão da chegada dos projetos de desenvolvimento à região, e na relação dos nalu com tais instituições. No desenvolvimento dos projetos, exemplificado por elementos como cartas de crédito e associações, assim como na prática escolar que inclui os processos educativos formais, existe um distanciamento entre a estrutura e proposta destas novas instituições e o contexto e as estruturas locais. Traz-se uma organização de fora para interferir num contexto local, onde o desconhecimento da heterogeneidade e organização social e política locais muitas vezes acarreta a falência ou a irrelevância de tais empreendimentos operados pela lógica ocidental (Cronkleton *et al*, 2011). Pesquisas como a de Amélia Frazão-Moreira são, desta forma, valiosas para embasar tal entendimento por parte de técnicos e educadores trabalhando em propostas de desenvolvimento rural. A narrativa sobre os nalu assume um nível de compreensão e reflexão de processos dinâmicos de transformação das relações entre ambiente e sociedade que vai além do universo nalu.

Para a compreensão da relação entre homem e natureza, a autora emprega o conceito de “apropriação social da natureza” de Godelier (1994), envolvendo a elaboração de representações e interpretações da natureza compartilhadas pelos membros de um grupo social. Senso assim, a mente social, o cotidiano, a aprendizagem e a reflexividade tanto criam como reproduzem estas representações e interpretações na construção sociocultural do sistema socioecológico. Por outro lado, os pesquisadores, como a antropóloga, traduzem estas relações valendo-se do aparato teórico construído pela ciência ocidental, que faz a distinção entre homem e meio ambiente e/ou cultura e natureza. A base teórica usada pela autora para apresentar as interpretações, apropriações e classificações da natureza pelos nalu inclui Roy Ellen (1996), Philip Descola (1996) e Ingold (1996). Descola (1996) afirma que a objetivação social da natureza se dá pela combinação de três dimensões: modos de identificação, modos de relação e modos de classificação. É a partir destas dimensões que Frazão-Moreira analisa, na parte 2 do livro, as relações nalu com a natureza e plantas. Utilizando-se de metáforas e ilustrando com exemplos e curiosidades, a autora descreve a organização social e as normas que definem os direitos fundiários e a territorialidade dos grupos e aldeia nalu. Mais uma vez, esta organização é permeada pelo parentesco e instituições tradicionais do grupo: *“na organização fundiária a figura de propriedade privada da terra não toma lugar, porque a forma socialmente aceita de acesso aos recursos produtivos está intimamente ligada com a atualização das relações de parentesco.”* Há um entremear de apropriação social e simbólica do universo vegetal com o sistema estatal de regulação de uso da terra, o islamismo e a economia de mercado. Para a autora, ao mesmo tempo em que estes elementos acarretam um enfraquecimento da organização local tradicional, eles ativam novos mecanismos de sobrevivência, ligação e integração com o sistema global.

O uso das plantas entre os nalu é apresentado distinguindo entre usos masculinos, femininos e categorias de idade definidas acordo com a lógica nalu. Os usos das plantas medicinais e mágicas são abordados num capítulo à parte (capítulo 7), onde a autora apresenta as concepções locais de doença, sendo o seu tratamento efetuado pela combinação dos sistemas médicos ocidental e a medicina tradicional nalu. Estes distinguem dois tipos de doenças, nomeadamente as doenças simples e as doenças de “irã.” Os irãs são espíritos ou seres sobrenaturais que habitam a natureza e podem causar ataques e distúrbios nas pessoas. De maneira bastante singular, o sistema nalu de prevenção e cura de doenças é exercido por um grande número de atores sociais, entre eles curandeiros tradicionais; “djambacos”, curandeiros especializados em doenças de irã; “mouros” ou “marabus”, que são curandeiros muçulmanos que combinam o uso de plantas medicinais com orações islâmicas; membros do grupo social que podem conhecer e preparar ervas medicinais para cura de um doente do grupo; e o próprio doente.

A autora apresenta uma tabela com a relação das plantas medicinais mais utilizadas pelos nalu e os seus usos. Aqui, deixo um alerta para as questões de propriedade intelectual do conhecimento botânico do povo nalu, pois o acesso a informações sobre o acesso e uso da biodiversidade por povos indígenas tem sido alvo de discussões a nível nacional e internacional (Convenção da Diversidade Biológica, CDB: <http://www.cbd.int>), devido ao risco de apropriação indevida deste conhecimento para fins comerciais. A autora poderia, numa próxima edição ou revisão do material, apresentar a relação de plantas, mas sem apresentar seus nomes científicos, evitando assim uma possível apropriação indevida deste conhecimento tão rico que é de propriedade comum do povo nalu.

Na apresentação das classificações botânicas dos nalu, Frazão-Moreira retoma a discussão entre universalismos, estruturalismos, relativismos e utilitarismos presentes nos sistemas de ordenação cognitiva dos elementos materiais pelos humanos, explorada na antropologia por diversos autores (cf BERLIN *et al*, 1973; ELLEN, 1979; LÉVI-STRAUSS, 1986). A autora critica a perspectiva formalista adotada por alguns autores (e.g. BERLIN *et al*, 1973), na qual as etnoclassificações são apresentadas de forma descontextualizada e rigidamente ordenada. Nesta forma de interpretar as classificações êmicas, as uniformidades encontradas parecem ser, na perspectiva de Frazão-Moreira, resultado do registro escrito realizado pelos pesquisadores que estudam determinado grupo social: “*a literacia reifica a própria classificação, no mínimo ao tornar explícito o que era implícito, transformando processos em coisas e revelando “uma classificação” enquanto traço cultural discernível e separado*” (ELLEN, 1993, p. 33, citação da autora). Segundo resultados obtidos por Frazão Moreira, de acordo com a argumentação de Roy Ellen, os sistemas nalu de classificação botânica são fluidos e sem definição formal, utilizados pelos diversos atores sociais de acordo com as circunstâncias de suas práticas. Ela comenta que o sistema de terminologia botânica não é estático entre os nalu, expressando uma classificação das plantas não taxonômica, construída com base em critérios morfológicos, de *habitat* e de utilização.

No capítulo final do livro, Frazão-Moreira apresenta os resultados de uma pesquisa de variabilidade do conhecimento etnobotânico entre atores com diferentes

posições sociais entre os nalu. A pesquisadora dividiu os indivíduos por sexo, idade, divisão do trabalho e grau de escolaridade e aplicou testes de categorização livre (*free-list*) e de agrupamento por trios (*triads*). Minha crítica a este componente da pesquisa da autora diz respeito à representatividade amostral e correspondente significância estatística encontrada nas análises efetuadas. Em vez de apresentar um teste de hipóteses, eu recomendaria à autora apresentar o resultado dos dados dos testes aplicados de uma forma discursiva e etnográfica, para ser mais consistente com o formato do resto do livro, e destinado a uma audiência mais geral. A autora registrou a ausência de um consenso total no modo como as plantas são agrupadas pelos nalu, pois as mesmas foram classificadas segundo uma articulação de diferentes princípios classificatórios.

Na conclusão, Amélia enfatiza o parentesco como o princípio-base de organização e controle social entre os nalu. A dualidade é revelada pela coexistência de sistemas tradicionais ou locais e “vindos de fora”, com exemplos que vão desde a entrada e estabelecimento do islamismo e à penetração das relações de mercado na economia local, até as concepções construídas em torno da posse da terra e do universo vegetal. Segundo a percepção da autora, entre os nalu prevalece uma forma de entender o mundo conforme o conceito de “mente cultural”, explorado pela autora no início do livro. Assim, a percepção da natureza se constrói na crença, participação e experiência. O livro de Frazão-Moreira constitui uma importante contribuição ao campo da etnobotânica, apresentando um testemunho da dinâmica do conhecimento tradicional entre os nalu, tratado com a profundidade teórica necessária ao entendimento dos processos complexos de relação entre natureza e cultura em sociedades indígenas contemporâneas.

Referências bibliográficas

ATHAYDE, S.; A. KAIABI, K. Y. O.; ALEXIADES, M. Weaving power: displacement and the dynamics of basketry knowledge amongst the Kaiabi in the Brazilian Amazon. Pages 249-274 in ALEXIADES, M. (ed.). **Mobility and Migration in Indigenous Amazonia: Contemporary Ethnoecological Perspectives**. London: Berghahn Books, 2009.

ATHAYDE, S. F. **Weaving Power: Displacement and Indigenous Knowledge Systems across three Kaiabi Groups in the Brazilian Amazon**. Doctoral Dissertation, University of Florida, Gainesville, 2010.

BERLIN, B.; BREDLOVE, B. e RAVEN, P. General principles of classification and nomenclature in folk biology. **American Anthropologist**, 1973, 75 (1): 214-242.

CARIA, T. **A Cultura dos professores. O uso do conhecimento em context de trabalho na conjuntura da reforma educativa**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

CRONKLETON, P.; BRAY, D. B.; MEDINA, G. Community Forest Management and the Emergence of Multi-Scale Governance Institutions: Lessons for REDD+ Development from Mexico, Brazil and Bolivia. *Forests* 2, 2011, 451-473.

DESCOLA, P. Constructing natures: symbolic ecology and social practice. In: DESCOLA, P.; PÁLSON, G. (eds.). **Nature and society: anthropological perspectives**. Londres: Routledge, 1996, p. 82-102.

ELLEN, R. Introductory essay. In: ELLEN, R.; REASON, D. (eds.). **Classifications in their social context**. Londres, Academic Press, 1979, p. 1-32.

_____. **The cultural relations of classification. An analysis of Nuaulu categories from central Seram**. Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

_____. The cognitive geometry of nature: a contextual approach. In: DESCOLA, P.; PÁLSON, G. (eds.). **Nature and society: anthropological perspectives**. Londres: Routledge, 1996, p. 103-123.

GODELIER, M. **L'idéal et le Matériel. Pensée, Économies, Sociétés**. Paris: Fayard, 1984.

INGOLD, T. Hunting and gathering as ways of perceiving the environment. In: ELLEN, R.; FUKUI, K. (eds.). **Redefining nature: ecology, culture and domestication**. Oxford: Berg, 1996.

LÉVI-STRAUSS, C. **O totemismo hoje**. Lisboa: Edições 70, 1986.

OSTROM, E.; BURGER, J.; FIELD, C. B.; NORGAARD, R. B.; POLICANSKY, D. Revisiting the Commons: Local Lessons, Global Challenges. *Science*, 1999, 284 (5412): 278-282.

Submetido em 02/05/12

Aceito em 14/06/12